

Um sonho do passado e uma utopia do futuro: Os percursos históricos da Educação Popular Brasileira

A dream of the past and a utopia of the future: The historical paths of brazilian popular education



César Ferreira Silva *

Nima Imaculada Spigolon **

Recebido em: 21 fev. 2022
Aprovado em: 10 maio 2022

Resumo: A Educação Popular no Brasil é marcada por vários momentos que estão imbricados no tempo e na história de nosso país, momentos esses que remontam tempos anteriores à década de 1960. Neste bojo de desejos, sentimentos e mudanças sociais, começam a serem articulados os Movimentos de Cultura Popular brasileiros, a Educação Popular nasce como um movimento que não estava inserido no contexto escolar da época, mas sim, era gestado no seio de organizações populares. O desfecho dessa investigação é remontar os percursos históricos da história da Educação Popular no Brasil, narrando proposições antecedentes e também posteriores à sua criação e disseminação pelos movimentos populares brasileiros, passando por momentos dolorosos no Brasil como o Golpe da Ditadura Militar de 1964, o AI-5, a feitura da Pedagogia do Oprimido e da Teoria da Ação Revolucionária e Teoria da Relação Opressora, alguns percursos de Paulo Freire e família no exílio e sua volta ao Brasil, a filiação de Freire ao Partido dos Trabalhadores (PT), assim como em sua nomeação como Secretário Municipal de Educação da cidade de São Paulo/SP, a conquista de vários direitos sociais ao povo brasileiro na gestão do PT e a criação e desenvolvimento do último documento de relevância Nacional sobre Educação Popular e Políticas Públicas no Brasil, que foi o Marco de Referência da Educação Popular para as Políticas Públicas no ainda governo da Presidenta Dilma Rousseff, antes do golpe sofrido no ano de 2016.

Palavras Chave: Educação Popular. Movimentos de Cultura Popular. Ditadura Militar. AI-5. Paulo Freire. História da Educação Popular.

Abstract: Popular Education in Brazil is marked by several moments that are imbricated in the time and history of our country, moments that date back to times before the 1960s. In this context of desires, feelings, and social changes, the Brazilian Popular Culture Movements begin to be articulated. Popular Education was born as a movement that was not inserted in the school context at the time, but rather, it was conceived within popular organizations. The purpose of this investigation is to retrace the historical paths of Popular Education in Brazil, narrating propositions before and after its creation and dissemination by Brazilian popular movements, going through painful moments in Brazil such as the military dictatorship of 1964, the AI-5, the making of the Pedagogy of the Oppressed and the Theory of Revolutionary Action and the Theory of the Oppressor Relationship, some of Paulo Freire's and his family's journeys into exile and his return to Brazil, Freire's affiliation to the Workers' Party (PT), as well as in Freire's appointment as Municipal Secretary of Education of the city of São Paulo/SP, the achievement of several social rights to the Brazilian people in the PT administration, and the creation and development of the last document of National relevance on Popular Education and Public Policies in Brazil, which was the Framework of Popular Education for Public Policies in the still government of President Dilma Rousseff, before the coup suffered in the year 2016.

Keywords: Popular Education. Popular Culture Movements. Military Dictatorship. AI-5. Paulo Freire. History of Popular Education.

* César Ferreira Silva é bacharel em Psicologia (2017), especialista em Psicopedagogia Clínica e Institucional, graduando em Pedagogia (2020), mestrando em Educação pela Universidade Estadual de Campinas-UNICAMP (2020). Pesquisador vinculado ao Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação de Jovens e Adultos (GEPEJA-FE/UNICAMP). Assistente Editorial na Editora Diálogo Freireano e membro do corpo Editorial na Editora Livrologia. Contato: cesarfs.dasilva@gmail.com

** Nima Imaculada Spigolon é doutora em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (2014), mestre em Educação pela mesma Universidade (2009), graduada em Pedagogia (2005) e bacharela em Administração (1992). Professora da Faculdade de Educação, na Universidade Estadual de Campinas. Coordenadora e pesquisadora do GEPEJA (Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação de Jovens e Adultos) e pesquisadora do GPPES (Grupo de Pesquisas em Políticas, Educação e Sociedade), ambos da Faculdade de Educação da UNICAMP. Contato: nima@unicamp.br

Introdução

A Educação Popular no Brasil, é marcada por vários momentos que estão imbricados no tempo e na história de nosso país, momentos esses que remontam tempos anteriores a década de 1960, no qual, começam a serem articulados os Movimentos de Cultura Popular brasileiros, a Educação Popular nasce como um movimento que não estava inserido ao contexto escolar da época, mas sim, era gestada no seio de organizações populares, e seus princípios pautavam-se na emancipação humana, conscientização social, direitos populares, educação e transformação, respeito às diferenças, justiça e fraternidade cultural, essas eram premissas as quais regiam seus ideários. Seus ideais emancipatórios começam a ganhar notoriedade através das discussões voltadas à Cultura Popular da época, e essa forte influência identitária, fortaleceu-se em um contexto dialógico com os MCPs do nordeste brasileiro, sua popularidade cresce até tornar-se parte central da filosofia apresentada pelos sindicatos populares, ONGs de cunho social, associações de moradores, conselhos populares, seus desafios eram muitos, mais munidos por esses ideários revolucionários da época ganhavam força e se consolidavam como proposta político pedagógica de alfabetização de adultos e conscientização social.

A Educação popular acompanha, apoia e inspira ações de transformação social. Nela, o processo educativo se dá na ação de mudar padrões de conduta, modos de vida, atitudes e reações sociais. Portanto, se a realidade social é ponto de partida do processo educativo, este volta a ela para transformá-la. (WERTHEIN, 1985, p. 22)

No final dos anos 40 o Brasil, vivia um momento em que grande parcela de sua população se encontrava à margem do analfabetismo, neste contexto, discussões sobre a educação de base começam a surgir nos poderes políticos da época, esse surgimento era originário devido ao apelo populacional, que prezava pelo direito de aprender a ler, escrever, a ter noções de aritmética, noções de ciências, higiene, buscando assim oferecer uma vida mais digna a seus familiares. Com o final da II Guerra Mundial, o mundo viveu novas possibilidades de transformação social, sobretudo no que concerne aos ideários democráticos e de alfabetização nacionais, pautados no movimento de educação das massas e de educação de base, a grande economia que movimentava o Brasil desta época estava atrelada ao homem do campo, que conhecia somente atividades rurais e pecuárias, os ideais democráticos neste contexto entendiam que era preciso mudar a realidade dessa população, pois os auspícios do mundo moderno espraiavam no horizonte, era tempo de mudança e ela aconteceria

através da alfabetização. E “A Educação popular era concebida como a extensão da educação formal para todos, sobretudo para os habitantes das periferias urbanas e zonas rurais” (VALE, 1992, p. 7).

A educação de base era entendida como o processo educativo destinado a proporcionar a cada indivíduo os instrumentos indispensáveis ao domínio da cultura de seu tempo, em técnicas que facilitassem o acesso a essa cultura - como a leitura, a escrita, a aritmética elementar, noções de ciências, de vida social, de civismo, de higiene - e com as quais, segundo suas capacidades, cada homem pudesse desenvolver-se e procurar melhor ajustamento social (BEISIEGEL, 1989, p. 14)

Já na década de 1950, novas iniciativas populares ocorrem e, a necessidade de alfabetização e conscientização da população eram cada vez mais evidentes no horizonte de mudanças que estavam para surgir, com os auspícios dos movimentos de cultura popular brasileiros. Como Beisiegel (1989), aponta uma educação que “[...] preconizava a alfabetização e a conscientização de todos” (BEISIEGEL, 1989, p. 15). Nesta época aconteceu o II Congresso Nacional de Educação de Adultos, e houve uma grande participação de educadores que primavam por uma educação que estivesse presente nas camadas populares e que possibilitasse a conscientização dos direitos políticos sociais.

Paulo Freire, juntamente com outros educadores, sugeriu: a revisão dos transplantes que agiram sobre o nosso sistema educativo, a organização de cursos que correspondessem à realidade existencial dos alunos, o desenvolvimento de um trabalho educativo com o homem e não para o homem, a criação de um grupo de estudo e de ação dentro do espírito de autogoverno, o desenvolvimento de uma mentalidade nova no educador, que deveria passar a sentir-se participante do trabalho de serguimento do país; e, finalmente, a renovação dos métodos e processos educativos com a rejeição daqueles exclusivamente auditivos, substituindo o discurso pela discussão e utilizando as modernas técnicas de educação de grupos com a ajuda de recursos audiovisuais. (PAIVA, 1987, p. 210)

Paulo Freire neste momento já começa a aparecer como referência para essa nova forma de pensar a educação, sobretudo na alfabetização político-educativa de adultos. Devido os reflexos ocasionados pelo II Congresso Nacional de Educação de Adultos, agora também da revolução cubana, as lutas nacionalistas africanas, os partidos comunistas, enfim, a disputa por projetos distintos estava mundialmente declarada, (MARQUES, 2008), muitos intelectuais da época, movimentos estudantis, líderes comunitários, ativistas e ONGs, juntam-se aos ideários de Paulo Freire, que já nas premissas educativas pautavam no que mais tarde viria a ser conhecida como Educação Popular¹.

Cultura Popular e Movimentos Sociais Brasileiros

Com as primeiras ideias gestadas ao redor da, já agora, década de 1960, viemos a conhecer a concepção político educativa da Educação Popular, mas agora ela está totalmente atrelada a uma cultura conscientizadora e libertadora. A renovação e a necessidade de conscientização da população por meio da Cultura Popular tomam conta de movimentos sociais da época. “Uma prática cultural libertadora deveria envolver um trabalho intelectual de reelaboração dos elementos ideológicos da tradição de um povo” (BRANDÃO, 2009, p. 28). Um intenso debate político, econômico e sobretudo social em torno das reformas de base educacionais e do modelo econômico da época encontrou seu correspondente no plano da cultura popular. “Pela primeira vez agrupamentos políticos que desejavam transformar a realidade brasileira formaram um grande movimento de intervenção cultural.” (MARQUES, 2008, p. 33). É através destes processos de conscientização e de transformação social que os Movimentos de Cultura e Educação Popular surgiram como diálogo e resposta a essa conjuntura. (MARQUES, 2008). “Diferentes agrupamentos políticos situados entre “radicais” e “nacional - reformistas”, possuíam em comum a aposta no trabalho de educação e cultura como capaz de articular e construir consensos em torno de propostas políticas.” (MARQUES, 2008, p. 33), eis então neste contexto que podemos dizer, nascem os Movimentos de Cultura Popular no Brasil.

Os diversos relatos disponíveis sobre a criação do Movimento de Cultura Popular (MCP) coincidem em afirmar que ele foi instituído sob a inspiração e o patrocínio direto da Prefeitura de Recife. Em maio de 1960, o então prefeito Miguel Arraes promoveu, apoiado em setores progressistas da intelectualidade e nos estudantes, a fundação do Movimento de Cultura Popular. Juridicamente, nascia o MCP como uma sociedade civil autônoma. Suas atividades iniciais se orientaram, fundamentalmente, no sentido de conscientizar as massas através da alfabetização e educação de base. A realidade de um Estado com enorme índice de analfabetismo exigia esforços urgentes a fim de incorporar à sociedade os milhares de proletários e marginais de Recife, dotando-os de uma nova consciência. Com o tempo, o MCP foi diversificando seu campo de ação, e novos tipos de contato com a massa se foram forjando: teatro, núcleos de cultura popular, meios informais de educação, canto, música e dança popular, artes plásticas e artesanato. (BEISIEGEL, 1989, p. 119)

Os Movimentos de Cultura Popular tinham a intenção em levar a toda camada popular a cultura produzida pelo povo e para o povo. Os MCPs pretendiam trabalhar com educação e cultura popular. Mais do que

levar a cultura, pretendiam resgatar, nas pessoas, o seu potencial criador de emancipação humana. (PEREIRA; PEREIRA, 2010). “Reafirmavam, na prática, que todo ser humano produz cultura na sua relação com o outro e com o mundo.” (PEREIRA; PEREIRA, 2010, p. 76). Para Brandão (2001), os MCPs, reuniram professores, artistas, música de protesto, teatro de protesto², para trabalhar com a alfabetização popular, mas também existiam além das escolas, pois não eram só um trabalho de educação, as pessoas que faziam parte dos movimentos de cultura popular queriam tudo que é bom, pois seu grande objetivo era alcançar a camada da população pobre.

Vários artistas Brasileiros aderiram ao movimento de conscientização através da música de protesto, neste contexto da época referenciamos o músico Antônio Carlos Gomes Belchior, nacionalmente conhecido como “Belchior”, nascido em Sobral, Ceará, no ano de 1946, inspirado na poesia de João Cabral de Melo Neto, pela filosofia clássica e erudita, e por músicos como Fagner, Raul Seixas, Walter Franco, Alceu Valença, Jackson do Pandeiro, Luiz de Melo Dias, Zé Ramalho, Geraldo Vandré, dentre outros, traz em suas músicas expressões carregadas de teor crítico social, aos processos vividos nos auspícios da ditadura no Brasil, como neste trecho da música à palo seco, “ Sei que assim falando, pensas que esse desespero é moda em 76, e eu quero é que esse canto torto feito faca, corte a carne de vocês”. Além desta referência Belchior também critica a tirania do regime ditatorial implantado no País entre 1964 e 1985, através das músicas “Como nossos pais”; “Como se fosse pecado”; “Galos, noites e quintais”; “Pequeno mapa do tempo”, destacando o sentimento mais dilacerante daquele tempo que era a opressão através do medo. Vejamos um trecho nas palavras do próprio poeta músico e Belchior:

O Cante: o cante a Palo Seco é o cante, só com a lâmina da voz, sem a arma do braço, é o cante sendo influenciado pelo poeta João Cabral de Melo Neto... É preciso desenrolar o carretel da linguagem até onde dá, afinar o coro dos conteúdos, você não vê, mas eu não posso deixar de dizer meu amigo, que em breve uma coisa nova vai acontecer, e o que era jovem e novo, hoje é antigo e precisamos todos rejuvenescer. (BELCHIOR, tv cultura, 1974)

Assim como Brandão (2001), em seus apontamentos sobre os MCPs, Paulo Freire (1994), pode sintetizar em essas questões em: “E a cultura popular se traduz por política popular, não a cultura do povo, sem política do povo” (FREIRE, 1994, p. 11). Alguns documentos da época de movimentos sociais que se juntaram os MCPs nordestinos, como a Ação Popular (AC), Centro Popular de Cultura (CPC), Juventude Universitária Católica (JUC), Movimento de Educação de Base (MEB), União Nacional dos Estudantes (UNE), deram caráter nacional

as propostas de transformação social através da Cultura Popular e da Educação Popular.

Era um projeto de intelectuais de classe média para trabalhar a formação de consciência política operária e estudantil. O carro-chefe do CPC foi o teatro: teatro de rua, teatro questionador, Teatro de Arena de São Paulo, onde se formou uma geração importante, como Oduvaldo Viana Filho – o Vianinha, Paulo Pontes, Augusto Boal, entre outros. (FÁVERO, 2008, p. 10)

Inspirados nos ideários revolucionários que pairavam no momento político social da época, vejamos alguns trechos que contém as principais características destes movimentos relacionados à Cultura.

- Embora a cultura tenha uma destinação universal, uma vez que as obras culturais se criam numa perspectiva antropológica, ela, enquanto polarizada ideologicamente, serve, de fato, aos interesses de uma classe, de uma determinada posição social. A esse tipo de cultura, imediatamente se opõe uma reivindicação da cultura popular. É popular a cultura que leva o homem a assumir a sua posição de sujeito da própria criação cultural e de operário consciente do processo histórico. (AÇÃO POPULAR, 1963, p. 23)
- Criar, nas organizações integrantes ao movimento popular, núcleos de cultura popular, um movimento de cultura popular só surge quando o balanço das relações de poder começa a ser favorável aos setores populares da comunidade e desfavorável aos seus setores da elite. (MCP, 1963, p. 90-94)
- Nunca, porém, sem a convicção que sempre tivemos de que só nas bases populares e com elas poderíamos realizar algo sério e autêntico, para elas. Daí jamais admitirmos que a democratização da cultura fosse a vulgarização ou, por outro lado, a adoção, ao povo, de algo que formulássemos nós mesmos em nossa biblioteca e que a ele doássemos. Foram as nossas mais recentes experiências, de há mais de dois anos no Movimento de Cultura Popular do Recife, descobrimos que tanto é cultura o boneco de barro feito pelos artistas seus irmãos do povo, como cultura também é a obra de um grande escultor (MCP, 1963, p. 111-117)
- O movimento de cultura popular começa a surgir no Brasil, como reivindicação, para se opor ao tipo de cultura que serve apenas à classe dominante. (CPC de Belo Horizonte, 1963, p. 85)
- Considerando-se o âmbito total da cultura, pode-se dizer que a cultura popular é um pólo novo que surge dentro do conjunto existente e estabelece uma contradição antagônica. (UNE, 1964, p. 36-37)
- A cultura popular, como reforma cultural de

caráter revolucionário, não se confunde como reformismo puro e simples. (UNE, 1964, p. 34)

- Quando se fala em cultura popular acentua-se a necessidade de pôr a cultura a serviço do povo, isto é, dos interesses efetivos do país. (UNE, 1964, p. 49)
- A JUC viveu a fase que poderia ser chamada de esperança e otimismo para a juventude brasileira, tornando sua proposta fundamental para o sonho de melhora para as camadas populares do país. E, por entender que a família estava sofrendo impasses advindos da cultura desses anos, na medida em que o movimento atuava, as famílias investiam nessas ações. (DI GREGORIO, 2011, p. 1041)
- Os movimentos de cultura popular, pretendem agir no sentido de superação, pela sociedade, dos desníveis entre os diversos grupos sociais que a compõem, daí resulta que qualquer atitude frente à cultura popular é necessariamente situada no conflito ideológico³. (MEB, 1963, p. 79)

Com o advento das experiências de alfabetização realizadas pelos MCPs no Nordeste do Brasil, Paulo Freire e equipe, agora já parte da Universidade do Recife, empreende em 28 de janeiro de 1963, uma experiência revolucionária de alfabetização de Adultos na pequena cidade de Angicos no Rio Grande do Norte, onde, através do Método de Alfabetização desenvolvido por Paulo Freire, o projeto que recebeu o nome de Método Paulo Freire e que posteriormente seria denominado como um sistema de alfabetização Paulo Freire. Consequiria lograr êxito em alfabetizar 380 trabalhadores em 40 horas. Este revolucionário sistema de alfabetização de Freire obteve notoriedade Nacional e Internacional com a experiência de Angicos. Para a pesquisadora Freireana Nima Spigolon (2009), enfatiza que “A campanha de alfabetização de Angicos foi um marco na educação brasileira, sobretudo do que se refere a Educação de Adultos” (SPIGOLON, 2009, p. 203), cabe salientar que a criação, desenvolvimento e aperfeiçoamento do método criado por Freire e equipe, contaram com a contribuição indispensável de sua companheira Elza Freire. Spigolon (2016) corrobora afirmando a importância de Elza em:

Elza requer ser pesquisada, ter sua trajetória pessoal e profissional aprofundadas, isso instiga a busca, a observação e a investigação. A pesquisa reafirma tal possibilidade devido à importância dos manuscritos produzidos por Elza, visto que os mesmos revelam o pensamento da educadora intelectual e sua prática político-pedagógica, bem como a sua presença na obra (pensamento e práxis) de Paulo Freire. (SPIGOLON, 2016, p. 34)

Com os resultados obtidos em Angicos, Paulo Freire em março de 1964, é convidado pelo atual presidente

da República João Goulart para coordenar o Plano Nacional de Alfabetização (PNA), que visava erradicar o problema do analfabetismo no Brasil, voltando seu foco para o aprendizado da leitura e da escrita, mas também na formação política e social dos cidadãos, porém neste mesmo ano o PNA é interrompido com a instauração do processo de ditadura no Brasil em 1º de abril de 1964.

Ditadura Militar – AI-5 – e Exílio da Família Freire: Desfechos de um tempo sombrio

Para a pesquisadora Débora Mazza (2004), com o desfecho do golpe de 1964, ele teria, paulatinamente, desmantelado e destruído as organizações e entidades democráticas e populares. E logo nos primeiros dias do golpe a extinção do Instituto Superior de Estudos Brasileiros – ISEB, e de experiências de Educação Popular, principalmente as que o casal Freire e sua equipe desenvolvia no Recife, foram reprimidas e proibidas, professores universitários cassados, aposentados, presos. (SPIGOLON, 2014). Assim como para Mazza (2004), Spigolon (2014), Carlos Brandão (2018), em entrevista a Paulo Roberto Padilha no Instituto Paulo Freire, remonta um outro olhar correlacionado a esse período histórico e triste no Brasil.

Com o golpe militar, os movimentos de cultura popular são destruídos, inclusive com prisões, com exílios, como com o próprio Paulo Freire. Mas, de uma maneira muito bonita que precisa ser resgatada e repensada, quando se pensava que tudo o que se semeou de 60 a 64 ia ser desbaratado, tudo renasce das cinzas. E o mais impressionante: logo depois há ditadura na Argentina, no Chile, no Uruguai, mais no Brasil. E justamente nesses quatro países é que vai ter um grande florescimento de tudo isso. (BRANDÃO, 2018, em entrevista)

Esse período sombrio em que encontrava-se o Brasil no ano de 1964 desencadeou, em Paulo Freire e em sua família, marcas no corpo, na alma, e na vida, que carregariam para sempre e que influenciariam de modo decisivo sua formação intelectual humanística, sobretudo nas experiências que desenvolveria no exílio no Chile com a feitura em 1968 do livro “Pedagogia do Oprimido”, essa repressão acontecida na época é evidenciada “Em abril de 1964, em Recife, as experiências de educação popular com Paulo Freire, seriam proibidas e reprimidas, professores cassados e todo um contexto obscuro se formado.” (SPIGOLON, 2009, p. 29)

O novo presidente assumiu prometendo a retomada do crescimento econômico e o retorno do país à “normalidade democrática”, discurso que se transformou com o tempo, uma vez que até 1968 correspondia aos anseios dos grupos militares no poder, vindo depois a ser subvertido. Isto, no entanto, só ocorreria 21 anos mais tarde, daí se concluiu que 1964 representa

um marco na história do Brasil, pois diferentemente do que ocorreu em outros momentos, dessa vez militares não apenas deram um golpe de Estado, como permaneceram no poder. (SPIGOLON, 2014, p. 116-117)

Nesse período de exílio e de ditadura militar é importante dar ênfase aos trabalhos realizados por Paulo Freire, pois mesmo não estando mais no Brasil ele avança, aprimora e desenvolve ainda mais sua práxis pedagógica como Educador Popular, apresentando nas Américas⁴ sua pedagogia revolucionária, e posteriormente na Europa através de sua atuação no conselho mundial das igrejas em Genebra na Suíça, e depois em África nos países recém independentes da colônia Portuguesa⁵.

“Há uma ligação íntima entre a revolução e a educação. Portanto, a unidade entre a revolução e a educação é tão grande, que quando citamos a primeira estamos a dizer a segunda e, quando falamos em educação revolucionária logo é a revolução.” (FREIRE, 1977, p. 05)

Foi durante o exílio, que Paulo Freire sistematizou sua proposta junto à Educação e, particularmente à de Adultos, com adaptações do que aconteceu no Brasil e incorporações do que foi realizado em muitos países, vinculado a instituições, organizações e partidos. (MAZZA; SPIGOLON, 2018). Mazza e Spigolon (2018), apontam que em época de desmonte do Estado de direito e de inflexão social conversadora, recobrar o percurso de Paulo Freire no exílio e compreender os processos que transformaram o educador popular, em camarada revolucionário, é uma forma de se indignar contra as muitas formas de opressão e resistir dentro dos limites da ordem democrática.

Devido a ousadia de Paulo Freire em suas experiências político-pedagógicas, surge então apontamentos governamentais, pós-golpe (1964), que levaram Paulo e sua família ao exílio. A rapidez nessa deliberação sugere o perigo que representava para o novo governo a proposta que Paulo Freire e Elza Freire elaboraram e implementaram no Brasil. (BEISIEGEL, 1974; SPIGOLON, 2016). “As reflexões e inflexões das experiências de Paulo iniciadas no Brasil alentam as propostas político-pedagógicas durante o exílio.” (MAZZA; SPIGOLON, 2018, p. 209).

Exemplo de elucidação dessas vivências e sentimentos construídos no exílio, as autoras narram em “O exílio, sob os auspícios da ditadura, preconiza um período sombrio da história do Brasil e de países da América Latina.” (MAZZA; SPIGOLON, 2018, p. 209), neste mesmo contexto podemos entender que o exílio, é um mecanismo de exclusão política, e de terrorismo de estado, que desenvolve papel fundamental nas configurações das relações nacionais, latino-americanas e mundiais (COSTA et al, 1980; YANKELEVICH, 2007).

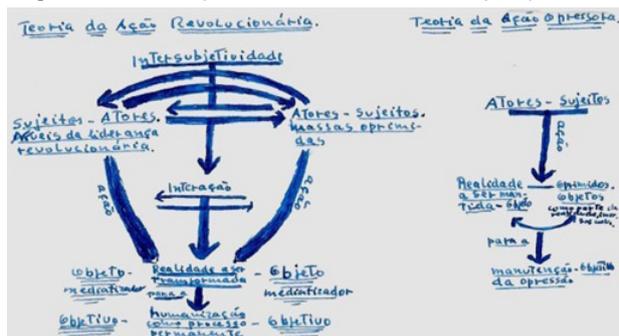
É importante destacar e contextualizar que os mecanismos de exclusão são formas de se negar toda

e qualquer virtude humana no homem, neste sentido vemos que o Professor Danilo Streck (2001), evidencia que a exclusão é:

O conceito de exclusão é relativamente recente na linguagem das ciências humanas e sociais, embora por trás dele se escondam uma realidade nada nova. São por demais conhecidos os fatos da fome, da convivência com a injustiça, do não-acesso aos meios de saúde e educação, da discriminação de raça e gênero, enfim, tudo aquilo que faz com que alguém seja "menos gente". A linguagem nova é sinal de que essa mesma realidade se apresenta com cara diferente e, portanto, como um novo desafio prático e epistemológico. (STRECK, 2001, p. 51)

É no exílio que Paulo Freire congrega todo seu saber humanístico e de suas práticas pedagógicas com Educação Popular construídas no Brasil e na América Latina em o que ele chama de "Teoria da Ação revolucionária" e "Teoria da relação Opressora", é importante destacar esse ponto, pois essas duas teorias desenvolvidas por Freire são quase nunca apresentadas ao público e encontram-se de forma quase inédita no livro "Pedagogia do Oprimido: O Manuscrito", adiante a contextualizaremos melhor, pois além de ser concebida no Chile, foi no Brasil com as experiências de Educação Popular que Paulo Freire inicia suas concepções embrionárias (Imagem 1).

Imagem 1. Teoria da "Ação Revolucionária" e "Teoria da Ação Opressora"



Fonte: Pedagogia do Oprimido: O Manuscrito.

Na Pedagogia do Oprimido: O Manuscrito, Paulo Freire constrói dois desenhos, que podem ser encontrados na página 322 desta obra, ou melhor dois pequenos esquemas. A "Teoria da Ação Revolucionária" e a "Teoria da Ação Opressora". É nesta versão da Pedagogia do Oprimido que a palavra "revolucionária" começa a aparecer com mais ênfase nos trabalhos de Freire. Eis uma pequena explicação contida no livro:

Salientamos, mais uma vez, que não estabelecemos nenhuma dicotomia entre o diálogo e a ação revolucionária, como se houvesse um tempo de diálogo e outro, diferente, de revolução. Afirmamos, pelo contrário, que o diálogo é a "essência"

da ação revolucionária. Daí que, na teoria desta ação, seus atores, intersubjetivamente, incidam sua ação sobre o objeto, que é a realidade que os mediatiza, tendo, como objetivo, através da transformação desta, a humanização dos homens. Isto não ocorre na teoria da ação opressora, cuja essência é anti-dialógica. Nesta, o esquema se simplifica. Os atores têm, como objetos de sua ação, a realidade e os oprimidos, simultaneamente e, como objetivo, a manutenção da opressão, através da manutenção da realidade opressora. (FREIRE, 1987, p. 76)

Em uma matéria publicada pelo Jornal da USP em 2017, sobre uma pesquisa de Mestrado⁶ ao redor da Pedagogia do Oprimido, podemos encontrar algumas reflexões relacionadas aos dois esquemas de Paulo Freire:

Dentre as partes da obra desconhecidas pelo grande público está uma especialmente inédita aos leitores da edição brasileira, publicada pela primeira vez em 1975, e aos detentores de outras traduções baseadas nela: um gráfico em que o autor esboça sua Teoria da Ação Revolucionária e sua Teoria da Ação Opressora. Nele, a primeira teoria é representada de forma cíclica, em que os líderes revolucionários e as massas oprimidas são colocados na mesma posição e com setas entre si que apontam para a existência de diálogo entre as partes; e a segunda é esboçada de maneira verticalizada, com setas apontadas para baixo que conduzem à "manutenção da opressão", indicando o problema da ausência de diálogo. Para Camila, o gráfico é central para o entendimento do texto. "Freire foi tão didático que desenhou sua teoria, a centralizou em um único desenho e depois foi apenas esmiuçando o conteúdo ao longo da obra", avalia a pesquisadora. Conforme o estudo aponta, tudo leva a crer que o motivo de sua não publicação foi o de evitar maiores "problemas em torno da obra". "O conteúdo do gráfico é tão explícito que alguns especialistas afirmam que o gráfico foi retirado da obra por propósito ditatorial, possivelmente para evitar os censores", observa Camila. A pesquisa demonstra que, até a 15ª reimpressão da obra publicada no Brasil, havia apenas um espaço em branco no lugar onde, originalmente, deveria constar o gráfico e que, a partir da 17ª edição, esse espaço deixou de existir. Vale destacar que, diferentemente do que ocorreu com as edições baseadas na publicação brasileira, as edições observadas pelo trabalho, baseadas na primeira publicação do livro – a obra foi publicada pela primeira vez em inglês, em 1970 -, apresentavam o gráfico, que também foi observado em publicação de Portugal. (JORNAL-USP, 2017)

Já na íntegra a pesquisadora Camila Téó da Silva (2017) a qual é a fonte desta matéria coloca em evidência, algumas proposições a respeito desta análise dos esquemas de Freire. Para SILVA (2017, p. 46), "Paulo Freire defende a importância do diálogo para que a Teoria da Ação Revolucionária se concretize e siga sendo aplicada de forma constante." Ela também aponta que o diálogo não deve ser praticado em formato de verbalização simples ou vazio, sem embasamento teórico e participação das partes envolvidas no processo,

pelo contrário, defende que a revolução se dá na práxis, ou seja, na prática diária da ação e reflexão, assim conduzindo os agentes de transformação social como motores que conduzem o oprimido neste processo emancipador, que deve ser vivido assim como partilhado. (SILVA, 2017). Ainda para Silva (2017), Paulo Freire demonstra que a ausência do diálogo verticaliza a ação, pois nada é previamente problematizado. “O processo aí se dá unicamente pela via da imposição e aceitação da realidade, sem nenhuma perspectiva de modificação, o que torna inevitável possibilita a manutenção da opressão e sua integração como prática na sociedade.” (SILVA, 2017, p. 47)

Devido a isso, o esquema que detalha a Teoria da Ação Opressora é composto por setas verticais apontadas para baixo, mostrando que a ação vem do topo, já formatada por sujeitos opressores, e as massas oprimidas são colocadas apenas como objetos, ou seja, nada podem fazer além de aceitar o outro objeto colocado ao lado, que é a realidade a ser mantida. (SILVA, 2017). Já a massa oprimida é “objetificada” e se torna mera receptora e reprodutora daquilo que foi imposto. “A ação aqui é apenas uma repetição, de modo induzido e sem qualquer reflexão, colaborando apenas para a ampliação de um pensamento alienante vindo de cima e copiado por conta disso o gráfico é menor, mais simples e aparentemente finito.” (SILVA, 2017, p. 47)

Outrossim, no que concerne à Teoria da Ação Revolucionária ela destaca suas exemplificações através do trecho:

Já a teoria da Ação Revolucionária é exemplificada no gráfico de maneira cíclica, colocando líderes revolucionários e massas oprimidas no mesmo patamar, sendo as duas partes fundamentais para o processo de compreensão e posterior modificação da realidade. Em nenhum momento o líder revolucionário é superior às massas oprimidas, mas a interação entre estes sujeitos, unindo as suas práxis por meio do diálogo é que gera o entendimento de tudo aquilo que está colocado e deve ser transformado. As setas mostram que o diálogo (interação) é fundamental para que aconteça a troca de ideias e conceitos (intersubjetividade) e, o processo constante de troca, possibilita uma melhor compreensão da realidade, bem como o planejamento das ações necessárias para alcançar os objetivos da comunidade de forma permanente e humanizadora. O diálogo é essencial para que se chegue à conclusão do que deve ser transformado com o intuito de promover os avanços necessários para a emancipação dos oprimidos, de forma previamente problematizada, garantindo que todos sejam partes do progresso que estão construindo e se sintam capazes de ir além, de problematizar mais e seguir alimentando o ciclo dialógico proposto. (SILVA, 2017, p. 47)

A Pedagogia do Oprimido de Paulo Freire, e a prática pedagógica revolucionária contida nela, seria nas décadas seguintes no Brasil, na América Latina e no

Mundo, um dos modelos de revolução social através da educação mais difundidos, pautando-se através dos processos de conscientização e humanização das classes populares, da autonomia e sabedoria popular, do respeito e dos direitos de todo ser humano como agente formador de sua própria consciência política e social. No Brasil, paralelamente a escrita da Pedagogia do Oprimido, o país vivia um processo de silenciamento das atividades realizadas ao redor da Educação Popular, dos Movimentos de Cultura Popular e principalmente de quase todos os trabalhos voltados a educação de adultos na época, devido a isso o governo do país, mais precisamente no ano de 1967, institui o Movimento Brasileiro de Alfabetização, mais conhecido como (MOBRAL), o qual fazia severas restrições às concepções político-pedagógicas de Paulo Freire, o MOBRAL visava estimular o individualismo e a adaptação cotidiana a modernização, a qual o país se encontrava, ele enfatizava a responsabilidade individual e pessoal, pelo sucesso ou pelo fracasso de cada pessoa alfabetizada, tirando toda e qualquer responsabilidade do atual governo no processo de desenvolvimento pessoal ou coletivo da população.

No final do ano seguinte o Brasil instituiu em 13 de dezembro de 1968 no governo do general Arthur da Costa e Silva, o AI-5, mais um golpe contra a população, contra a democracia e contra os movimentos sociais e estudantis da época. O AI-5, vigorou até dezembro de 1978, ele produziu vários movimentos de cerceamentos a população, nele podemos entender que foi um dos momentos mais duros do regime militar no Brasil, produzindo censura cultural e popular, torturas físicas, homicídios, feminicídios a toda e qualquer pessoa que fosse contra ao regime instituído. Este golpe contra a democracia dava poder de exceção aos governantes para punir arbitrariamente os que fossem inimigos do regime, ou que não se enquadrassem nos moldes dele. A censura instituída após a decretação do AI-5 foi forte e precisa. Em uma matéria sobre os 40 anos do AI-5, publicada pelo site Biz Evolution, foram vetados “500 filmes, 450 peças teatrais, 200 livros e 500 canções”. Não só as obras e os trabalhos artísticos dos autores sofreram represálias, mas os próprios artistas eram perseguidos, presos e até mesmo exilados, como foi o caso de Antonio Carlos Callado, Caetano Veloso e Gilberto Gil. (40 ANOS do AI-5, 2008).

A gota d’água para a promulgação do AI-5 foi o pronunciamento do deputado Márcio Moreira Alves, do MDB, na Câmara, nos dias 2 e 3 de setembro, lançando um apelo para que o povo não participasse dos desfiles militares do 7 de setembro e para que as moças, “ardentes de liberdade”, se recusassem a sair com oficiais. Na mesma ocasião, outro deputado do MDB, Hermano Alves, escreveu uma série de artigos no Correio da

Manhã considerados provocações. O governo, atendendo ao apelo de seus colegas militares e do Conselho de Segurança Nacional, declarou que esses pronunciamentos eram “ofensas e provocações irresponsáveis e intoleráveis”. O governo solicitou então ao Congresso a cassação dos dois deputados. Seguiram-se dias tensos no cenário político, entrecortados pela visita da rainha da Inglaterra ao Brasil, e no dia 12 de dezembro a Câmara recusou, por uma diferença de 75 votos (e com a colaboração da própria Arena), o pedido de licença para processar Márcio Moreira Alves. No dia seguinte foi baixado o AI-5, que autorizava o presidente da República, em caráter excepcional e, portanto, sem apreciação judicial, a: decretar o recesso do Congresso Nacional; intervir nos estados e municípios; cassar mandatos parlamentares; suspender, por dez anos, os direitos políticos de qualquer cidadão; decretar o confisco de bens considerados ilícitos; e suspender a garantia do habeas-corpus. No preâmbulo do ato, dizia-se ser essa uma necessidade para atingir os objetivos da revolução, “com vistas a encontrar os meios indispensáveis para a obra de reconstrução econômica, financeira e moral do país”. No mesmo dia foi decretado o recesso do Congresso Nacional por tempo indeterminado - só em outubro de 1969 o Congresso seria reaberto, para referendar a escolha do general Emílio Garrastazu Médici para a Presidência da República. Ao fim do mês de dezembro de 1968, 11 deputados federais foram cassados, entre eles Márcio Moreira Alves e Hermano Alves. A lista de cassações aumentou no mês de janeiro de 1969, atingindo não só parlamentares, mas até ministros do Supremo Tribunal Federal. O AI-5 não só se impunha como um instrumento de intolerância em um momento de intensa polarização ideológica, como referendava uma concepção de modelo econômico em que o crescimento seria feito com “sangue, suor e lágrimas”. (D’ARAÚJO, p. 1, 2021)

Em relação a essa problemática social, para uma parcela da população, podemos entender a classe opressora, achou positivo o novo ato institucional, para eles o AI-5 foi implementado porque o Brasil estava a ponto de se tornar um país com um viés comunista. O AI-5 é o grande responsável pelo mega atraso cultural brasileiro em relação à educação, pobreza, mentes fechadas, cultura atrasada, globalização que se vê até hoje. (40 ANOS do AI-5, 2008). Neste mesmo contexto, os grupos sociais, sindicatos de operários e sindicatos trabalhistas, entidades filantrópicas e estudantis, programas de educação popular, sofrem grandes represálias político-sociais, no que culmina em vários atos de horror e de censura para os mesmos. “A ampliação e intensa mobilização dos programas de Educação Popular passam a ser ameaçadores para a nova ordem vigente.” (PEREIRA; PEREIRA, 2010, p. 78). Ainda nesse contexto, “Para os militares, as ideias que vinham sendo difundidas nos grupos de cultura e Educação Popular poderiam tornar o processo político incontrolável, por isso rotularam de subversivos os que estavam engajados nessas formas de atuação política.” (PEREIRA; PEREIRA, 2010, p. 78)

A Reviravolta – O retorno de Paulo Freire do Exílio e outros sonhos possíveis

Já nos anos 70, o Brasil sofre uma reviravolta e começam a reaparecer as forças dos movimentos sociais brasileiros. “Durante essa década, outras formas de manifestar oposição ao regime foram surgindo. Mais uma vez o povo volta às ruas, embora a repressão ainda existisse de forma disfarçada.” (PEREIRA; PEREIRA, 2010, p. 79), neste momento, os movimentos do Brasil começam a voltar às ruas e a clamarem por anistia política aos exilados, pela abertura política do país novamente. “Os movimentos populares ganharam corpo, retornaram às ruas, com greves, manifestações políticas e se espalharam pelo Brasil.” (PEREIRA; PEREIRA, 2010, p. 79)

Matrizes vão dar origem ao movimento social na década de 70, a Igreja Católica, os remanescentes das organizações de esquerda e o novo sindicalismo. [...] a prática social da militância das pastorais e comunidades e a “Educação Popular” por ela desenvolvida era o paradigma do período, influenciando e acolhendo os militantes dispersos que só aí encontravam possibilidades de contato e trabalho político com setores populares. (PEREIRA, 2006, p. 31)

Em junho de 1980, Paulo Freire volta definitivamente ao Brasil, agora já com 57 anos, desembarca no aeroporto de Viracopos em Campinas/SP, depois de quase 16 anos de exílio, vale ressaltar que o professor Adriano Nogueira, que posteriormente se tornaria assessor pedagógico de Freire na Unicamp, estava com a equipe que recebeu Freire no aeroporto de Campinas, de volta ao Brasil Paulo Freire filia-se ao recém fundado Partido dos Trabalhadores (PT) (Imagem 2).

Imagem 2. Filiação de Paulo Freire junto ao Partido dos Trabalhadores (PT)

VIA		PAULO R. NEVES FREIRE		NOME	
ZONA ELEIT		002580 PAULO		MUNICÍPIO	
UF		SP		SEÇÃO	
CÍDADE ZONAL/RÚCLEO		SÃO PAULO		UF	
CEP		19844201		CÍDADE ZONAL/RÚCLEO	
ENDERECO		RUA Valença, 190		Cidade	
Cidade		Alto do Sumaré		Cidade	
CEP		09254-060		RESID (X) 0633389	
CARTeira DE IDENTIDADE		15669414		ORG EMISSOR	
DATA NASC		190921		PROFISSÃO	
Nº DA INSCRIÇÃO PARTIDO		Professora/escritor		C.P.F.	
DATA		036438488-218		VISTO DM	
ASSINATURA DO FILIADO		Paulo Freire		DATA	

DECLARO QUE ESTOU DE ACORDO COM O PROGRAMA E ESTATUTO DO PARTIDO E QUE CONTRIBUIREI FINANCIERAMENTE, DE ACORDO COM O ESTATUTO.

Recortar e enviar para o Diretório Nacional

Fonte: Paulo Freire uma Fotobiografia.

Paulo Freire em sua volta proporciona um afã de possibilidades para repensar os processos de educação vivenciados até então. “[...] a década de 80 se inicia com a construção de entidades destinadas a congregar educadores e de associações de caráter sindical que vão se aglutinando em âmbito nacional” (SAVIANI, 1995, p. 52). Com o processo de democratização, novas manifestações encheram as praças e ruas do Brasil. No

ano de 1984, o movimento pelas “Diretas já” se iniciou e foi o maior movimento de massa que o Brasil viveu nessa década. Vale destacar que outra grande mobilização popular foi a defesa pela Assembleia Nacional Constituinte, que resultou, em 1988, na nova Constituição Nacional, que conhecemos hoje também como “Constituição Cidadã”, por trazer em seu bojo algumas conquistas da classe trabalhadora, dentre elas, o direito ao voto do analfabeto e a obrigatoriedade, juntamente com a gratuidade do ensino fundamental, independentemente da idade de quem o procure. (PEREIRA; PEREIRA, 2010)

No ano de 1989 o Brasil vive um importante momento no país, com Paulo Freire tornando-se secretário de Educação no Município de São Paulo durante a gestão da Prefeita Luíza Erundina (Imagem 3), e também com a primeira eleição democrática após o golpe de 1964, desencadeando assim a posse de Fernando Collor de Mello, que no ano de 1992 sofre um impeachment afastando-se do cargo inicialmente por 180 dias, e que posteriormente renuncia o cargo de Presidente da República em 29 de dezembro de 1992. Alguns movimentos sociais foram centrais em suas contribuições ao processo democrático a qual o país retornava, sendo eles o Movimento de Educação de Base - MEB, e a Central Única dos Trabalhadores – CUT, que marcam presença ativa nas discussões relacionadas ao Projeto Neoliberal e ao Projeto Democrático Popular, vivenciados na época, em nota o MEB destaca que nos anos 90, “[...] uma crise moral e ética, alimentada pela corrupção, pelos desvios de recursos que não excluem nem mesmo a Presidência da República. [...] O impedimento a Collor foi um grande protesto ético da sociedade brasileira contra a corrupção, a impunidade e o aproveitamento de recursos públicos para enriquecimento particular” (MEB, 1993, p. 21). Ele ainda destaca que:

Esta eleição marca uma disputa muito acirrada pela hegemonia da sociedade, materializando-se pela oposição entre dois projetos políticos claros e distintos: o Projeto Neoliberal e o Projeto Democrático Popular. O Projeto Neoliberal, proposta das elites dominantes, traz como objetivo principal a chamada política de modernização da economia, construída sobre os pilares da privatização e desregulamentação. O Projeto Democrático Popular, proposta dos setores organizados do povo brasileiro, traz fundamentalmente o fim da submissão aos interesses externos (FMI), a justa distribuição das riquezas produzidas, a garantia da igualdade de oportunidades e a elaboração de políticas sociais capazes de responder às demandas das camadas populares, gerando melhorias concretas em suas condições de vida. (MEB, 1993, p. 17)

No ano de 1994, agora com os auspícios de novas eleições presidenciais, podemos entender que novamente o projeto neoliberal venceu as eleições, mas agora com Fernando Henrique Cardoso – FHC, ele realizou

Imagem 3. Paulo Freire sendo recebido pela Prefeita de São Paulo - Luíza Erundina em 1989



Fonte: Paulo Freire uma Fotobiografia.

um governo totalmente articulado com a ideologia e a política neoliberal da época, portanto, com o capital internacional, aprofundando ainda mais as políticas de exclusão social. (PEREIRA; PEREIRA, 2010)

Com o avanço do Neoliberalismo da década de 90, podemos contemplar que ele foi um projeto de exclusão social construído por um governo opressor, onde através de suas atitudes ele revelou sua fase mais perversa que era o poder e a manipulação social através do capitalismo selvagem.

A Virada do Milênio – Conquistas populares e o Marco de Referência da Educação Popular para as Políticas Públicas

Com a virada do milênio agora já nos anos 2000, o Brasil encontrava-se, sob um novo governo. Podemos dizer agora, vivendo sob um governo verdadeiramente democrático, Luiz Inácio Lula da Silva do Partido dos Trabalhadores – PT, toma posse em 1º de janeiro de 2003, como Presidente da República, sendo o terceiro Presidente eleito após o final da ditadura militar, Lula trazia ao Brasil um novo olhar de democracia, agora literalmente governando em diálogo direto com as classes populares e operárias do Brasil, neste período os processos de educação popular vinculam-se, de forma mais direta a Movimentos Sociais, Organizações não Governamentais – ONGs, e também a Universidades Públicas. A educação popular e sua filosofia humanística, passa a exercer sua atuação, ganhando muitas vezes novas denominações e formas variadas de serem aplicadas, além disso seus ideais alcançam processos de inclusão sociais em programas do governo que incentivavam e facilitavam a inserção da camada popular ao ensino superior.

A criação de programas sociais como o Programa Universidade para Todos – (ProUni), no ano de 2004, e consolidado pela Lei nº 11.096/2005, a Reestruturação

e Expansão das Universidades Federais – REUNI, através do decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007, o Sistema de Seleção Unificada (Sisu) em 2010, o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência – PIBID, também em 2010, através do Decreto n.º 7.219/2010 e regulamentado pela Portaria 096/2013, a reformulação e ampliação do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES), a qual este pesquisador foi um dos participantes. Segundo Paulo (2018), os programas sociais instituídos no governo de Luiz Inácio Lula da Silva, são considerados políticas de acesso à educação superior. “Com essas políticas, é possível observar um movimento de ampliação de vagas na educação superior e ampliação do ensino promovido pelas instituições públicas federais.” (PAULO, 2018, p. 126). Ela ainda destaca que:

No Programa do Governo de Lula, a Educação Popular não se fez presente na parte que trata da educação superior, mas é mencionada no que tange ao princípio da democratização do ensino. Portanto, podemos inferir que a ampliação de vagas nesse nível de ensino, através das políticas educacionais a partir do governo Lula, é concebida como um modo de democratizar a educação. Assim, a Educação Popular, aqui, é compreendida como “o popular” na universidade, ou seja, é o acesso dos setores populares na educação superior. (PAULO, 2018, p. 127)

Nos anos seguinte vemos uma constante reformulação e ampliação dos horizontes democráticos abrangidos pela presença dos processos de educação popular na sociedade brasileira, e neste mesmo horizonte ela começa a ser pensada enquanto política pública de atenção social, como por exemplo em 2006, com a elaboração do Projeto Político Pedagógico, a Rede de Educação Cidadã – RECID, no âmbito da política pública, reafirma a importância de avançar para a compreensão da Educação Popular, articulando neste debate outras redes e organizações em todo o Brasil. (SECRETARIA-GERAL, 2014)

Em janeiro de 2009, no Fórum Social Mundial, em Belém do Pará, na Assembleia dos Movimentos Sociais, a Rede de Educação Cidadã – RECID, pautou a necessidade de pensar os desafios e perspectivas para a Educação Popular como política pública. (SECRETARIA-GERAL, 2014). E o mesmo foi reafirmado no Fórum Social das Américas, no ano de 2010, em Assunção no Paraguai.

Houveram vários desdobramento em relação ao debate a respeito da Educação Popular e das Políticas Públicas em todos estados brasileiros com destaque no Distrito Federal, por meio das equipes estaduais da RECID, através da participação no processo da 1ª Conferência Nacional de Educação - CONAE no ano de 2010, com realização de oficina auto gestonária sobre a Educação Popular como Política Pública, envolvendo organizações como: Fórum Nacional de Educação

do Campo (FONEC), União Nacional dos Estudantes (UNE), Articulação Nacional de Movimentos e Práticas de Educação Popular e Saúde (ANEPS), Central Única dos Trabalhadores (CUT), Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), Fórum Nacional de Educação de Jovens e Adultos, e movimento da economia solidária. Por meio desta importante reunião decidiu-se pela aprovação para avançar na Educação Popular no Eixo I da Conferência, que falava do papel do Estado na garantia do direito a uma educação de qualidade. (SECRETARIA-GERAL, 2014)

Já em 2011, instituiu-se o departamento de Educação Popular e mobilização cidadã da Secretaria Nacional de Articulação Social (SNAS), por meio da Secretaria Geral da Presidência da República, com o decreto nº 7.688/2012.6. No ano seguinte 2012, ano que foi marcado por várias conquistas, o departamento de Educação Popular e Mobilização Cidadã (SNAS), desenvolveu uma série de diálogos internos com o Governo Federal, e com os ministérios, secretarias, empresas públicas, universidades, escolas e centros de Educação Popular, tais como a Escola Nacional Florestan Fernandes – ENFF, o Instituto Paulo Freire – IPF, com a Rede de Educação Cidadã - RECID, Escola Nacional de Formação da CUT, Escola Nacional de Formação da CONTAG, e com fóruns de educação de jovens e adultos, de Economia Solidária, de Educação do Campo em torno da construção da Política Nacional de Educação Popular. (SECRETARIA-GERAL, 2014)

Dando seguimento às atividades no ano de 2012, mais especificamente em 30 de maio, aconteceu o II Seminário de Processos Formativo-educativos do Governo Federal, no qual foram apresentadas três experiências governamentais baseadas na metodologia da Educação Popular para aprofundamento sobre as concepções a orientar o marco de Referência que se pretendia construir, também tivemos a construção da Recomendação nº 08, de 4 de julho de 2012, do Ministério do Trabalho, das diretrizes Políticas Metodológicas para a Educação em Economia Solidária, que tem como referência metodológica a Educação Popular. (SECRETARIA-GERAL, 2014)

No final deste mesmo ano de 2012, ainda aconteceu no mês de outubro a realização do seminário: Brasil - questões e desafios atuais, que entre os temas estavam a reforma política do Brasil e o Programa Brasil Sem Miséria, aos quais aprofundaram as temáticas ao redor da Educação Popular, dos movimentos sociais brasileiros e das políticas públicas de ação social. Neste mesmo seminário participaram cerca de 120 pessoas, representando mais de 60 movimentos sociais brasileiros, urbanos e rurais, de gênero, etnia e geração. (SECRETARIA-GERAL, 2014)

Em dezembro de 2012, foi realizada a oficina sobre a atualidade da Educação Popular no Brasil, que envolveu dez universidades, o Instituto Paulo Freire, a Escola Nacional Florestan Fernandes, a Escola Nacional de Formação da CONTAG, a Escola Sindical da CUT, e o Centro Nacional de Formação em Economia Solidária. Também participaram desta atividade os ministérios da Educação e da Saúde. (SECRETARIA-GERAL, 2014)

No ano seguinte em outubro de 2013, acontecem debates ao redor das propostas da Política Nacional de Educação Popular no Congresso da Associação Nacional de Pós-graduação (ANPED) e de Pesquisas ao redor da Educação no Brasil, debates esses que desaguam e ancoram o último documento institucional de importância nacional publicado em 22 de maio de 2014, por meio da portaria nº11/2014 da Secretaria Geral da Presidência da República, ainda na gestão da Presidenta Dilma Rousseff, ao redor da Educação Popular e das Políticas Públicas, instituindo então o “Marco de Referência da Educação Popular para as Políticas Públicas”, que tem como propósito:

Seu propósito é criar um conjunto de elementos que permita a identificação de práticas de Educação Popular nos processos das políticas públicas, estimulando a construção de políticas emancipatórias. Para sua concretização, coloca-se um desafio para todos os setores governamentais e da sociedade civil: torná-lo conhecido e assimilado entre todos os sujeitos e agentes que promovem ações educativas em diferentes frentes e campos de atuação e em todas as políticas públicas. (SECRETARIA-GERAL, 2014, p. 8)

Inspirado em grande medida nas atividades desenvolvidas por Paulo Freire ao redor da Educação Popular no Brasil e na América Latina, este documento busca resgatar e destacar a importância do papel que a Educação Popular desempenhou historicamente na formação do povo brasileiro, bem como dá destaque para a sua relevância e contribuição ao modelo de desenvolvimento político social contemporâneo, reconhecendo que a ação estatal e seus processos educativos podem confluir em um fértil campo de diálogo com a realidade brasileira, voltadas para os saberes e o conhecimento acumulado do povo brasileiro. (SECRETARIA-GERAL, 2014)

(In) Conclusões

As proposições apresentadas neste texto não pretendem de forma alguma findar os contextos vivenciados ao longo da história da Educação Popular no Brasil, todavia as fontes consultadas apontam que o marco do início do que viríamos a conhecer por Educação Popular, pode variar no tempo e no espaço de forma não linear, encontramos bases ontológicas que sustentam suas premissas desde os séculos XVII e XVIII, ideias embrionárias que fizeram toda

diferença nas atividades voltadas a educação naquele período, dando destaque a Simón Rodríguez (1771-1854) e José Martí (1853-1895), como pensadores fundantes de ideais político pedagógicos que alinhavam a educação como transformação social.

No Brasil foi possível identificar que a Educação Popular carregou em seu bojo, um processo histórico, bebendo dos ideais embrionários Latino-Americanos, no entanto foi através da Cultura Popular e dos Movimentos de Cultura Popular no nordeste do na década de 1960, que viemos a conhecer o termo “Educação Popular”, termo esse que foi apresentado ao mundo nas palavras de Carlos Rodrigues Brandão, (JARA, 2020), em um livro cedido para publicação em nome do Teólogo Uruguaio Júlio Barreiro (1974/1980) na Argentina, intitulado como: “Educação Popular e Conscientização”, essa publicação foi dada a Júlio Barreiro, pois no Brasil eram tempos de ditadura militar, e a perseguição política, a tortura e mesmo a morte esperitava aqueles que se denominavam como “Educadores Populares”.

Vimos a Educação Popular crescer e se multiplicar nos trabalhos apresentados ao mundo por Paulo Freire, a qual foi seu principal expoente, juntamente com Carlos Rodrigues Brandão a disseminar as propostas metodológicas de transformação social através da Educação Popular. Neste contexto foi possível identificar que a década de 1960 marca o período mais intenso de propostas incentivadoras de alfabetização de adultos e de mudanças sociais através do poder político pedagógico que a conscientização através da Educação Popular poderia levar as classes populares no Brasil.

Com o decurso do tempo e sob o céu da história da Educação Popular, as reivindicações e mobilizações populares ganharam força nas décadas seguintes, em 1970 o povo volta às ruas e greves, manifestações políticas se espalharam por todo país, em 1980 Paulo Freire e sua família voltam do exílio para reaprender o Brasil e temos a conquista da constituição Federal de 1988, adiante o processo da história é seguido das primeiras eleições de cunho democrático, no que em 2003 culmina na posse do presidente Lula, as conquistas sociais seguem e em 2014 temos o último documento sobre políticas públicas de Educação Popular e em 2016 sofremos o terrível golpe que culminou com a queda da até então presidenta Dilma Rousseff.

Lançando um olhar de esperança aos dias de hoje, devemos resgatar através dos aprendizados conquistados ao longo da história da Educação Popular no Brasil, o desejo de lutar, de conscientizar, de amar, e de viver em uma sociedade mais justa, mais igualitária, mais equânime, onde tenhamos educação pública, laica, gratuita e de qualidade a todas as camadas da população, para que assim possamos viver em um mundo onde não seja tão difícil amar. ■

Notas

- ¹ Esta pesquisa faz parte do projeto: “Diálogos entre pesquisa, extensão e sociedade: A geração de Educadores Populares da década de 1960 no Brasil”, e conta com recursos PROEC pois foi contemplado no 1º Edital de Financiamento à Pesquisa sobre Extensão Universitária, da Unicamp, e também parte da pesquisa de Mestrado Acadêmico em Educação do autor e de sua orientadora.
- ² Remissão a Augusto Boal e ao seu teatro do Oprimido. “O teatro do Oprimido é teatro na acepção mais arcaica da palavra: todos os seres humanos são atores, porque agem, e espectadores, porque observam. Somos todos espectadores. O teatro do Oprimido é uma forma de teatro, entre todas as outras”. (BOAL, 1975, p. 09). Disponível em: BOAL. A. Teatro do Oprimido e Outras Poéticas Políticas. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.
- ³ Os documentos citados neste trecho fazem parte do livro: Cultura Popular e Educação Popular: Memórias dos anos Sessenta, 2001, editora Graal. Exceto o relacionado a Juventude Universitária Católica (JUC).
- ⁴ Nos referimos aqui aos trabalhos realizados por Paulo Freire e Elza Freire nos Estados Unidos, e em vários países da América do Sul.
- ⁵ Angola, Cabo Verde, Guiné Bissau, São Tomé e Príncipe.
- ⁶ Sugiro remissão a: SILVA, Camila Teo da; MÓDOLO, Marcelo. A gênese da Pedagogia do Oprimido: o manuscrito. 2017. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017. Disponível em: < <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8142/tde-19022018-114317/> >.

Referências

- AÇÃO POPULAR. **Documento Base. Verbum**, Rio de Janeiro, n. 21, mar./jun. 1963.
- AFFONSO, Marcella. **Matéria Jornal da USP**, 2017. Disponível em: <https://jornal.usp.br/ciencias/ciencias-humanas/estudo-transcreve-manuscritos-ineditos-de-a-pedagogia-do-oprimido/>. Acesso em: 13 de julho de 2021.
- BARREIRO, Júlio. **Educação popular e conscientização**. Tradução de Carlos Rodrigues Brandão. Petrópolis: Vozes, 1974/1980.
- BEISIEGEL, Celso de Rui. **Estado de educação popular**. São Paulo: Pioneira, 1974.
- BEISIEGEL, Celso de Rui. **Política e Educação Popular: a teoria e a prática de Paulo Freire no Brasil**. São Paulo: Ática, 1989.
- BELCHIOR. **“MPB Especial”, TV Cultura**, em 02 de Outubro de 1974.
- BIZ REVOLUTION. **40 ANOS DO AI-5**, 2008. Brasil. Disponível em: <http://www.bizrevolution.com.br/bizrevolution/2008/12/40-anos-do-ai-5.html>. Acesso em: 14 de julho, 2021.
- BOAL. Augusto. **Teatro do Oprimido e Outras Poéticas Políticas**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **História do menino que lia o mundo**. 3. ed. Veranópolis/RS: Iterra – Instituto de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária, 2001.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Freire, Paulo. **Educar para Transformar: Fotobiografia** /Carlos Rodrigues Brandão. São Paulo: Mercado Cultural, 2005.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Entre um século e o outro: a cultura e da educação popular desde os anos sessenta até os dias de hoje**. 2001. Disponível em: <http://www.acervo.paulofreire.org:8080/jspui/bitstream/7891/4214/1/FPF_PTPF_01_0867.pdf>. Acesso em 02 de maio de 2021.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues.; ASSUMPÇÃO, Raiane. **Cultura Rebelde: Escritos sobre a Educação Popular ontem e agora**. São Paulo, Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2009.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Reinventando Freire com Carlos Rodrigues Brandão**. Entrevista com Paulo Roberto Padilha. IPF. Tv. 2018. (25m01s). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=1T1gBzG0JqY>>. Acesso em 28 de junho de 2021.
- COSTA, Albertina de Oliveira et al. (Orgs.). **Memórias das mulheres do exílio**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.
- CPC. Belo Horizonte. **Meios de técnicas de comunicação**. Recife, I Encontro Nacional de Alfabetização e Cultura Popular, 1963.

- CPC. Belo Horizonte. **Relatório. I Encontro Nacional de Alfabetização e Cultura Popular.** Recife, 1963.
- DI GREGÓRIO, Maria de Fátima A. **O movimento social da Juventude Universitária Católica na América Latina. I Seminário Internacional História do tempo presente.** 2011. 1035-1056, disponível em: <http://eventos.udesc.br/ocs/index.php/STPII/stpi/paper/viewFile/414/336>, acesso em: 07 de julho de 2021.
- D'ARAÚJO, Maria Celina. FATOS & IMAGENS - **O AI-5**, por, disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Fatos-smagens/AI5>, acesso em: 14 de julho de 2021.
- FÁVERO, Osmar (Org.). **Cultura popular e educação popular: memória dos anos 60.** Rio de Janeiro: Edições Graal, 1. Edição, 1983-2001.
- FÁVERO, Osmar. DVD, **Memória da educação de jovens e adultos (1947-1966).** Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2008.
- FREIRE, Paulo. **Educação como Prática da Liberdade.** São Paulo: Paz e Terra. 1967.
- FREIRE, Paulo. **Há uma unidade indissolúvel entre a revolução e a educação.** Entrevista. In: Jornal "Nô Pintcha", Bissau, Guiné-Bissau, ed. 09 de abril, p. 05, 1977.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987 - 1994.
- JARA, Oscar. **Educación Popular Latinoamericana. Historia y Claves Éticas, Políticas y Pedagógicas.** Colectivo Caracol - El apañe de los piños. Editorial Quimantú. Chile, enero de 2020.
- JARA, Oscar. **A educação popular latino-americana: História e fundamentos éticos, políticos e pedagógicos.** São Paulo: Ação Educativa/CEAAL/ENFOC. 2020.
- MPB ESPECIAL, TV CULTURA, **Belchior Clássico**, em 02 de Outubro de 1974. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=IIPSZGjjqIQ>. Acesso em: 07 de maio de 2022.
- MARQUES, Mariana Pascal. **A construção do campo da educação popular no Brasil: história e repertórios.** 210 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008.
- MAZZA, Débora. **A produção sociológica de Florestan Fernandes e a problemática educacional: Uma leitura (1941-1964).** Taubaté: Cabral Editora e Livraria Universitária, 2004.
- MAZZA, Débora; SPIGOLON, Nima. I. **Educação, exílio e revolução: o camarada Paulo Freire.** Revista Brasileira de Pesquisa (Auto)biográfica, v. 3, n. 7, p. 203-220, 26 abr. 2018.
- MCP. **Movimento de Cultura Popular. Estatutos do Movimento de Cultura Popular.** Recife. I Encontro Nacional de Alfabetização e Cultura Popular. 1963.
- MCP. **Movimento de Cultura Popular: Plano de Ação para 1963.** Recife. I Encontro Nacional de Alfabetização e Cultura Popular. 1963.
- MEB. **O Monitor.** Apostila 4 - série A, 1963.
- MEB. **Relatório Trienal - 1990 a 1992.** Brasília: MEB. 1993.
- PAIVA, Vanilda Pereira. **Educação popular e educação de adultos.** 5. ed. São Paulo, SP: Loyola, 1987.
- PAULO, F. S. **Pioneiros e Pioneiras da educação popular freireana e a universidade.** 2018. 268 f. Tese (Doutorado em educação) - Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, RS.
- PEREIRA, D. de F. F.; PEREIRA, E. T. **Revisitando a história da educação popular no Brasil: em busca de um outro mundo possível.** Revista HISTEDBR On-line, Campinas, SP, v. 10, n. 40, p. 72-89, 2010. DOI: 10.20396/rho.v10i40.8639807. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8639807>. Acesso em: 29 jun. 2021.
- PEREIRA, D. de F. F. **Revisitar Paulo Freire: uma possibilidade de reencantar a Educação.** Tese. Doutorado em Educação pela Faculdade de Educação da Unicamp, Campinas, 2006.
- PEREIRA, D. de F. F. **Formar à esquerda: processo de educação política no PT e na CUT, um estudo sobre a Fundação Nativo da Natividade.** São Paulo: Terras do Sonhar; Pulsar, 2006.
- PEREIRA, D. de F. F. **Educação política: uma experiência com o orçamento participativo.** Campinas/SP: Alínea, 2008.
- SAVIANI, Demerval. **Os ganhos da década perdida.** Revista Presença Pedagógica. Editora Dimensão, v. 1, n. 9, nov./dez. de 1995.

SECRETARIA GERAL da Presidência da República. **Marco de Referência da Educação Popular para as Políticas Públicas**. Brasília: Secretaria Geral. 2014. Disponível em: <http://www4.planalto.gov.br/consea/publicacoes/outros-as-suntos/marco-de-referencia-daeducacao-popular-para-as-politicas-publicas/9-marco-de-referencia-da-educacao-popular-para-as-politicas-publicas.pdf>. Acesso em: 15 de julho de 2021.

SILVA, Camila Teo da; MÓDOLO, Marcelo. **A gênese da Pedagogia do Oprimido: o manuscrito**. 2017. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017. Disponível em: < <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8142/tde-19022018-114317/> >.

SPIGOLON, N. I. **Pedagogia da Convivência: Elza Freire, uma vida que faz educação**. Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual de Campinas. 2009.

SPIGOLON, N. I. **As noites da ditadura e os dias de utopia – o exílio, a educação e os percursos de Elza Freire nos anos de 1964 a 1979**. Tese. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2014.

SPIGOLON, N. I. **Pedagogia da Convivência: Elza Freire, uma vida que faz educação**. Jundiaí: Paco Editorial, 2016.

SPIGOLON, N. I. **Escritos Íntimos e escrita de si: por entre as páginas e a vida de Elza Freire**. Revista Brasileira de Pesquisa (Auto)biográfica, v. 1, n. 2, p. 254-268, 2016.

STRECK, Danilo. **Pedagogia no encontro de tempos: ensaios inspirados em Paulo Freire**. Petrópolis/RJ: Vozes, 2001.

UNE. **Declaração da Bahia: 1º Seminário Nacional de Reforma Universitária**. Rio de Janeiro: Gráfica Editora LIVRO, 1961.

UNE. **Luta atual pela Reforma Universitária**. Guanabara: UNE, 1964.

VALE, A. M. do. **Educação popular na Escola Pública**. São Paulo: Cortez, 1992.

WERTHEIN, J. (org.) **Educação de adultos na América Latina**. Campinas/SP: Papyrus, 1985.

YANKELEVICH, Pablo. Introducción. In: YANKELEVICH, Pablo; JENSEN, Silvina. (Orgs.). **Exilios: destinos y experiencias bajo la dictadura militar**. Buenos Aires: Libros Del Zorzal, 2007. p. 09-20.